

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO 1972: DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS QUE INFLUENCIARAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Adolpho Pinheiro Maia¹; Maria Jakeline de Oliveira Alves²; Fabiana Martins de Freitas³;
Francisco Adonias Lima Gomes⁴; Martileide da Costa Henrique Maia⁵.

1.(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, adolphomaia1987@gmail.com)

2.(Universidade Estadual Vale do Acaraú, maria.jakeline@hotmail.com)

3.(Universidade Estadual da Paraíba, Fabiana--17@hotmail.com)

4.(Instituto Federal do Ceará, adoniasgomesq@gmail.com)

5.(Universidade Estadual da Paraíba, martyleide@gmail.com)

RESUMO: O presente estudo discutirá a influência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu entre 5 e 16 de junho, em Estocolmo, capital da Suécia. Portanto, com base nas pesquisas realizadas sobre os desdobramentos ideológicos deste marco histórico no debate sobre educação ambiental, foi possível analisar a visão conservadora concernente à crise ambiental, que vislumbra o processo educativo por um prisma comportamentalista, tecnicista e biologizante, que resume os problemas ambientais a conservação dos recursos naturais, perpetuando uma confusão entre educação Ambiental e consciência da destruição do meio físico. Este tipo de educação é reflexo da conjuntura política vivenciada nas décadas de 50 a 70, e das publicações com tons alarmistas acerca da crise ambiental, em destaque para o best seller *The Population Bomb*, publicado em 1968. As décadas de 60 e 70 foram o apogeu dos profetas do apocalipse ambiental, e conseqüentemente, suscitaram inúmeros debates a respeito da sociedade capitalista. Todavia, esta visão tradicional referente à temática ambiental, possivelmente favoreceu a propagação e massificação da cultura hegemônica. Este trabalho surgiu através de pesquisas realizadas em literatura e debates entre os colaboradores deste estudo, neste sentido, foi observado a necessidade e a relevância desta temática para a formação do cidadão crítico, o que por sua vez nos levou a construir esta proposição: a Conferência de Estocolmo 1972 consistiu em um marco histórico para o debate sobre educação ambiental, imprimindo um viés conservacionista e comportamentalista, característico de uma educação tradicional. Posto isto, os objetivos deste trabalho consistem em analisar e descrever quais os fatores que propiciaram a disseminação da visão pedagógica conservadora em nossa sociedade. A metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se por uma revisão de literatura, no qual utilizamos como fonte dissertações, livros e artigos científicos na base de dados do Scielo (Scientific Electronic Library Online); Google acadêmico. Baseado na análise descritiva e qualitativa ao qual este artigo se propôs é possível inferir que a Conferência sobre Meio Ambiente humano de 1972 configurou-se em um marco histórico e suscitou inúmeros debates concernentes a educação ambiental, contudo, esta conferência imprimiu na educação brasileira um viés conservador, típica da visão comportamentalista oriunda dos países do hemisfério norte, neste sentido, os dados aqui obtidos corroboram para seguinte afirmação que a educação ambiental é reflexa da cultura dominante vigente.

Palavras chaves: Educação, conservador, Estocolmo, conferência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discutirá a influência da Conferência de Estocolmo no debate sobre educação ambiental e seus possíveis desdobramentos

ideológicos concernentes à crise ambiental. Neste contexto, A educação ambiental (EA) no Brasil, assumiu inicialmente contornos conservacionistas, tendo em vista o caráter desenvolvimentista, tecnográfico e autoritário que limitava o debate ideológico, característico de uma EA apolítica e relativamente neutra, no tocante as relações socioambientais (LIMA, 2009). Este fato se deve pela a conjuntura vivida pelo país nas décadas de 60 e metade da década de 80, Lima (2009, p.149), “Do ponto de vista político e institucional, o país vivia um período autoritário que se iniciara com o Golpe Militar de 1964 e só retornaria ao estado democrático de direito com a eleição indireta de um presidente civil em 1985”.

A EA brasileira teve seus desdobramentos a partir das décadas de 70 e 80, configurando-se como um campo amplo, plural e diversificado, constituído por diferentes setores sociais, que vieram a influenciar direta ou indiretamente os rumos do processo pedagógico. Organismos financeiros ligados a ONU e a UNESCO, como esses próprios órgãos, tiveram grande influência na formação de ações educativas ligadas a temática ambiental; as associações e ONG's ambientalista; empresas ligadas a financiamento/ desenvolvimento de ações educativas e instituições científicas, foram o ponto de partida para a formação de uma educação que seguiu por uma linha conservacionista/ comportamentalista (LIMA, 2009).

Essa constante pressão dos órgãos internacionais, foi um dos pontos que favoreceu a construção de uma educação ambiental pautada no conservacionismo, ou seja, uma perspectiva importada que não contemplava a realidade brasileira. Portanto, através dos desdobramentos ocorridos ao longo de algumas décadas pode-se perceber que tais influências, ainda se reverberam na formação educacional ambiental de cada cidadão.

Corroborando para esta afirmação, os autores Sousa e Brandão (2016), no trabalho intitulado A Imagem Conservadora da Crise: Uma Análise da Percepção de Alunos Sobre Meio Ambiente, demonstrou por meio de 10 imagens alguns conceitos equivocados no que concerne a temática ambiental. Os resultados obtidos convergem para seguinte afirmação, que, os alunos conseguem identificar com certa facilidade, temáticas como: destinação do lixo, reciclagem, poluição, conteúdos que expressam um caráter conservador, no entanto, parecem desconhecer problemas como acesso a moradia, fome e etc.

Esta pesquisa citada no parágrafo anterior foi realizada com alunos do nono ano do ensino fundamental, e uma dos pontos debatidos por tais autores é o fato da visão dos alunos acerca da temática ambiental, tenderem a expressar a ideologia de

gestão dos recursos naturais, silenciando os temas de cunho social. Para estes autores este tipo de visão conservadora, está na gênese da formação docente, quando eles deixam como uma alternativa a capacitação adequada dos educadores, com a finalidade de construir uma visão mais crítica a respeito do tema meio ambiente, que englobe também as questões sociais (SOUSA e BRANDÃO, 2016).

Baseando-se nestes pressupostos teóricos é que este estudo construiu sua estrutura bibliográfica, portanto, através de pesquisas em literatura e debates originados com os colegas colaboradores, foi observada a importância da temática ambiental para a formação crítica dos cidadãos, o que por sua vez nos levou a construir esta proposição: a Conferência de Estocolmo 1972 consistiu em um marco histórico para o debate sobre educação ambiental, imprimindo um viés conservacionista e comportamentalista, característico de uma educação tradicional. Posto isto, os objetivos deste trabalho consistem em analisar e descrever quais os fatores que propiciaram a disseminação da visão pedagógica conservadora em nossa sociedade. Foram utilizados como arcabouço teórico os autores: Ramos (1996); Lima (2009); Santos (2016); Sousa e Brandão (2016), sendo os que possibilitaram o aprofundamento do tema aqui debatido.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou como procedimento técnico-metodológico uma revisão de literatura (revisão bibliográfica), classificada como revisão opinativa, ou seja, foram reunidas em literatura algumas obras referentes ao tema proposto a critério dos autores. Sendo analisados e descritos os principais aspectos que corroboraram para a gênese e propagação da visão pedagógica conservadora/ tradicional relacionada a educação ambiental. Mancini e Sampaio (2006), relatam que este tipo de trabalho parte do resumo, análise e síntese das principais informações disponibilizadas em literatura, sem seguir critérios ou metodologias pré-definidas para escolha das fontes utilizadas na construção e fundamentação teórica.

INFLUÊNCIA DE ESTOCOLMO NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ramos (2001), afirma que a institucionalização da educação ambiental (EA) é oriunda da segunda metade do século XX, e surgira através dos inúmeros protestos/manifestações que contestavam os valores da sociedade capitalista das décadas de 50 e 60. Perante as discussões iniciadas pela sociedade civil da época, cria-se um panorama favorável para suscitar os ideais ambientalistas e da ecologia. Este autor relata que a partir deste período há uma forte crítica

aos valores da sociedade capitalista, tomando a ecologia como mecanismo/instrumento de combate a ideologia consumista do sistema, iniciando “uma tomada de consciência crítica de que o crescimento (e por extensão, à sociedade de consumo) ligado aos ideais da razão ocidental burguesa e aos valores da cultura industrial estão associados à destruição do meio ambiente” (RAMOS, 2001, p. 202).

Corroborando para este fato os autores Sousa e Brandão (2016), mencionam que esta crise relacionada ao tema meio ambiente está relacionada com a escassez dos recursos naturais; e teve sua origem desde meados do século XIX com as inúmeras discussões e alertas que os pesquisadores da época realizaram (FERNANDES, 2000 *apud* SOUSA e BRANDÃO, 2016). Baseado nestes pressupostos em junho de 1972, Estocolmo capital da Suécia foi realizado a primeira conferência das Nações Unidas que debatia a crise ambiental, sendo [...] “a primeira vez na história da humanidade que políticos, especialistas e autoridades de governo, representantes da sociedade civil e a ONU, se reuniram para discutir problemas ambientais” [...] (RAMOS, 2001, p. 203-204).

Contudo, desse marco em diante houve uma seção de interesses entre dois blocos distintos que defendiam interesses opostos, o bloco dos países do Norte (desenvolvidos) que defendiam a bandeira da preservação dos recursos naturais; e o bloco dos países do sul (em desenvolvimento) que alegava que a miséria, dentre outros problemas sociais: como falta de saneamento básico e moradia eram mais importantes que a preservação do meio ambiente (RAMOS, 2001). Neste período o Brasil passava por um exponencial crescimento econômico e industrial o que o levava a liderar o bloco do hemisfério sul, com a premissa que estes países estavam passando por um processo de industrialização e crescimento econômico, por este motivo e a desaceleração deste crescimento seria injusto para os mesmos (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012).

O embate entre esses dois blocos distintos, evidencia a relação de poder entre dois hemisférios (Norte e Sul). Neste sentido, os diferentes discursos entre os países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, não pode ser compreendido como conscientização dos países dos países do bloco Norte (ricos), mas sim, um jogo de interesses, uma necessidade de domínio dos recursos naturais, em vias de finitude (BRANDÃO, 2013). A citação a seguir demonstra a pauta da conferência de Estocolmo 1972.

De um modo geral, as questões ambientais foram traduzidas como problemas de poluição do ar, do solo, da água e da escassez dos recursos naturais colocando em risco o bem-estar do

homem. Por isso, deveriam ser conservados, com ênfase na necessidade de adotar políticas globais baseada na interdependência planetária de todos os problemas ambientais (RAMOS, 2001, p. 204).

Tomando Brandão (2013), como pressuposto teórico, a conferência de Estocolmo não possuía um caráter universal, tendo em vista a polarização que o mundo estava passando, cada hemisfério com um posicionamento diferente a despeito das políticas ambientais e “mesmo conquistando espaço no cenário mundial, esse tema era sufocado pelo período conturbado da Guerra Fria” [...] (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012, p. 71). Analisando os fatos aqui já mencionados pode-se dizer que o mundo estava polarizado por interesses distintos “assim a conferência se viu mais dividida entre Norte e Sul que Leste e Oeste, sendo esse um dos empecilhos para atingir maior efetividade” (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012, p. 72).

Um ano antes da Conferência de Estocolmo, em 1971, no Painel de Desenvolvimento e Meio Ambiente, que acontecera na Suíça, o Brasil já demonstrava que queria dar prosseguimento em seu largo crescimento econômico, e claramente defendia a posição que quem deveria arcar com o ônus do problema/crise ambiental seria os países ricos. Tal fato impulsionou os movimentos de protesto, realizado pelos países em desenvolvimento, no tocante as medidas que poderiam limitar o crescimento (SANTOS, 2015).

Segundo Santos (2015), tais protestos em relação às propostas apresentadas desencadearam a elaboração de uma nova proposta por parte dos países desenvolvidos. No entanto, as propostas apresentadas na XXVI Assembléia Geral da ONU, também em 1971, demonstrou o interesse hegemônico pelos recursos naturais, ou seja, os países desenvolvidos pretendiam aprovar neste encontro uma resolução que transformava os recursos naturais de cada nação, em patrimônio da humanidade e por este fato deveria ser administrado por um fundo mundial. Santos (2015), evidencia o cerne da proposição dos países ricos, nos dizendo que há muito mais que o interesse em preservar o meio ambiente, este autor corrobora para nossa prerrogativa a seguir.

A tentativa de transformar os recursos naturais em patrimônio da humanidade ao mesmo tempo que reforça a ideia de “proteção”, também ajuda a perceber a intencionalidade de gestão dos recursos naturais, uma vez que esses países transformaram historicamente seus recursos naturais em divisas, mas no momento de escassez dos recursos restantes - geral, localizado em países em desenvolvimento - os mesmos deveriam se tornar de toda a humanidade (SANTOS, 2015, p.15).

A prerrogativa de conservação ambiental levantada por inúmeras publicações nos anos que antecederam a conferência de Estocolmo em 1972, foi o estopim para aumentar a tensão entre os hemisférios norte e sul, tendo em vista o caráter “velado da ótica conservacionista”, para tanto Oliveira (2012), enfatiza que as publicações de maior visibilidade mundial, foram encomendadas por instituições privadas, contando com financiamento de várias indústrias como FIAT, Volkswagen, Ford, Royal Dutch Shell e etc. Tal fato adquiri uma conotação dúbia, sem imparcialidade, o que torna estas publicações plausíveis de refutação.

Oliveira (2012), destaca algumas publicações que alcançaram uma notória visibilidade mundial, como o escrito por Paul Erlich “The Population Bomb” que tornara-se um best-seller, este livro fora publicado em 1968 pelo Sierra Club, uma “organização preservacionista fundada por John Muir” (OLIVEIRA, 2012, p.75). Este livro trata da pressão exercida pelo homem sobre os recursos naturais, consequência do crescimento populacional do pós-guerra, o que aumentara a demanda por recursos minerais e de energia.

Segundo oliveira (2012), as décadas de 60 e 70 foram o apogeu dos profetas do apocalipse ambiental, este autor cita em seu estudo inúmeras publicações que evidenciam a crise ambiental enfrentada por nosso planeta, ressaltando o tom alarmista destas publicações. E corroborando para essa afirmação Brandão (2013) e Santos (2015), apontam para esse viés de catastrofismo que esses trabalhos alardeavam, tornando-se o ponto de partida para as discussões que vieram a acontecer na Conferência de Estocolmo 1972.

Outra publicação de ampla visibilidade foi o relatório encomendado ao MIT pelo clube de Roma, intitulado limites do crescimento, nele constavam prospecções relacionadas ao consumo desenfreado dos recursos naturais do planeta, e como o livro The Population Bomb, possuía como preocupação a pressão exercida pelo exponencial crescimento populacional sobre os recursos naturais. Esta obra teve mais de 12 milhões de cópias vendidas no mundo e foi traduzida para 30 idiomas, sendo publicada no mesmo ano da Conferência de Estocolmo 1972 (RATTNER, 1979; LEMOS, 1991).

A conferência de Estocolmo/ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano constitui-se em um marco histórico para o debate sobre o meio ambiente, e, mesmo, em anos anteriores o tema educação ambiental entrar em algumas pautas, ainda vigorava de forma embrionária. No ano de 1968 foi criado, no Reino unido, O Conselho para Educação Ambiental, mesmo ano de criação do clube de Roma, tais aspectos propiciaram as bases para

debates futuros no que concerne as proposições sobre educação ambiental (DIAS, 1998).

Foi a primeira vez que o tema educação ambiental em escala mundial figurou como umas das pautas em uma reunião oficial das Nações Unidas. Este encontro originou a Declaração de Estocolmo, neste documento está contido orientações referentes às políticas internacionais relacionadas a educação sobre o meio ambiente. Neste sentido, esta pauta tornar-se-á uma recomendação universal e indispensável, pondo-se em andamento inúmeros projetos de cunho internacional para a sua implantação, um dos projetos foi o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) tendo por objetivo veicular nas mídias da época informações acerca da educação, orientação e capacitação, em especial aos indivíduos incumbidos por gerenciar as questões ambientais em seus países (RAMOS, 1996).

Ademais, criou-se o PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental) com a responsabilidade de fomentar a investigação e o intercâmbio de informações entre as nações, como também formação e criação de material educativo que visem estratégias de cunho global para a proteção dos recursos naturais e conservação do meio ambiente (RAMOS, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em linhas gerais este tópico abordará as influências filosóficas que a educação sofrera no tocante a questões ambientais, demonstrando a interferência extra- pedagógica que alguns organismos como a UNESCO ostentam sobre a finalidade da educação ambiental (RAMOS, 1996). Baseado nisso, as concepções sobre meio ambiente, sociedade e natureza são reflexo de uma educação ambiental que separa o homem da natureza, resumindo os problemas apenas a assuntos de conservação dos recursos naturais, o que, por sua vez, evidencia uma ideologia antropocêntrica, pautada no conservacionismo, relacionando a defesa dos recursos como capital natural, ou seja, a natureza é tida como mercadoria (BRANDÃO, 2007).

Os aspectos relacionados ao distanciamento do homem com a natureza é fruto de uma ideologia hegemônica proveniente dos meios de educação tradicional/ conservador, no qual, desconsidera a relação mais ampla que o meio ambiente possui com o ser humano. Essa visão conservacionista é oriunda da força política das grandes organizações como a ONU que em parte influencia os programas de educação ambiental nas diferentes nações que compõe esta organização. Através da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a ONU plausivelmente fomenta ainda hoje, uma educação voltada para as

questões ecológicas. Tais programas possuem sua relevância, não obstante, são limitadas tendo em vista as diferentes situações sociais que cada país vivencia (RAMOS, 1996).

Estocolmo foi o ponto de partida para discutir as questões ambientais, porém abordou de forma tímida o ambiente social, e temas como pobreza vigoraram em segundo plano. Para Ramos (1996), a interferência do homem no meio físico em especial aquelas que exaurem/pressionam a natureza, são condicionadas por aspectos políticos, econômicos e socioculturais, e se esses fatores não forem levados em consideração pela educação ambiental, os resultados provenientes desta equação serão ínfimos, frente aos objetivos que se almeja alcançar.

Assim sendo, a EA conservadora tende a limitar as possíveis variantes sociais que interferem no processo de degradação ambiental, partindo, desse pressuposto, esta perspectiva de ensino, tende a analisar de forma demasiado simplista, resumindo a crise ambiental a fatores de desequilíbrios dos sistemas naturais, o que por sua vez assemelha-se a correntes reducionistas que possui a pretensão de ecologizar a educação e as ciências sociais. Essa vertente de ensino oriunda das propostas debatidas em Estocolmo, tenta propor soluções ou técnicas com a finalidade de promover uma intervenção nos desequilíbrios decorridos da atividade humana, todavia, acaba a perpetuar uma confusão entre EA e consciência da destruição do meio físico (MAYA, 1992 *apud* RAMOS, 1996).

Seguindo essa linha de raciocínio, a EA Conservadora é oriunda da década de 70 e que por vezes reflete-se do ideário pedagógico brasileiro até os dias atuais. Em consonância com esta afirmação, o autor Santos (2015), em seu estudo exploratório, analisou a concepção de professores referente à educação ambiental, ele pontuou algumas considerações a respeito da visão de tais docentes acerca do tema proposto. Para tanto, um dos pontos percebidos na pesquisa é que “quando consultados os temas estudados em sua formação, eles mencionaram com frequência: lixo, biodiversidade, mudanças climáticas e sustentabilidade – o que indica uma formação conservadora que dá ênfase na proteção dos recursos” [...] (SANTOS, 2015, p.39).

Segundo este mesmo autor citado anteriormente, poucos foram os professores que citaram questões mais abrangentes a respeito da temática ambiental, outro ponto de relevância nesta pesquisa foram às metodologias utilizadas pelos docentes entrevistados, tais procedimentos expressam o cunho pedagógico conservador/tradicional fortemente influenciadora da práxis docente (SANTOS, 2015). Os

professores citaram “textos, aulas expositivas, conteúdos de livros didáticos, projetos, pesquisas” (SANTOS, 2015, p.35). Também, foi citada aulas de campo e filmes a respeito desta temática. Baseado nisso:

Apesar da afirmação de metodologias diversificadas de abordagem, como vimos na resposta anterior, os temas mais trabalhados pelos professores são mais referentes à conservação dos recursos. Ou seja, mesmo experiências metodológicas como trilhas ecológicas (aulas de campo), construção de artesanatos (reutilização) não deveria ter sua finalidade em si mesmo. Essas atividades podem ser muito eficazes desde que sirva de porta de entrada para reflexões mais apropriadas. A reutilização da garrafa pet, por exemplo, pode discutir temas socioambientais como industrialização e consumo, incentivando análises e propostas de enfrentamento pelos próprios alunos (SANTOS, 2015, p.35).

Contudo, os resultados obtidos neste trabalho aqui citado, são o início do debate no que diz a respeito à temática ambiental, portanto, um dos pontos mencionados por Santos (2015), é a importância de estudar novas formas de pensar a educação ambiental, que promova/fomente a transformação no contexto social, no qual, o educando está inserido, desse modo, “devendo ser o próprio educador o redimensionador dos novos horizontes que propiciem a nova prática transformadora da libertação da educação oprimida, reacendendo a esperança de poder construir uma realidade diferente” (SANTOS, 2015, p.36).

Neste contexto, de transformação das realidades sociais vividas, a educação ambiental crítica, vislumbra as questões ecológicas associadas às questões sociais, permitindo uma leitura de homem e de mundo diferente, ao qual, inclui o homem como parte integrante da natureza. Freire (1996), nos diz que, a educação só é válida quando consegue transpor o campo teórico, para que isso ocorra é necessário que a teoria faça sentido prático na vida dos educandos, contextualizando os saberes com a realidade local.

A EA crítica vem a questionar o modelo tradicional vigente de educação, que aborda os aspectos biológicos e ecológicos dissociados dos aspectos políticos e socioculturais sobre a crise ambiental. Esses pressupostos, é um dos temas centrais da perspectiva “da EA crítica que, partindo de outro diagnóstico, destacava o caráter estrutural e civilizatório da crise ambiental e a necessidade de respostas transformadoras tanto políticas quanto éticas da questão” (LIMA, 2009, p.153).

Lima (2009), afirma que um dos grandes equívocos da educação ambiental conservacionista é sua expressão individualista e comportamentalista, que pretende engajar os

indivíduos âmbito individual, por acreditar que a origem dos problemas ambientais, nasce na esfera particular e moral de cada cidadão. Esses aspectos, constituem-se em um contrassenso a despeito da responsabilidade sobre a crise ambiental, responsabilizar quem possui menor poder é eximir da responsabilidade a esfera política/ pública, desse modo, “voluntária ou involuntariamente, se associa a uma interpretação liberal ou mesmo neoliberal da crise ambiental” (LIMA, 2009, p.155).

Em contrapartida, a EA crítica/ emancipatória questiona as visões biologizantes, conservacionistas, comportamentalistas e tecnicistas relacionadas à educação ambiental. Neste consenso, tenta transpassar, essa desvinculação homem – natureza que a muito tempo vem corroborando para alienar e maquiar os verdadeiros responsáveis pela crise ambiental do planeta, portanto, o ponto de partida desta perspectiva é [...]“o diálogo interno ao ambiente pedagógico como também sua relação com a vida comunitária, na qual a prática educativa ocorre, especialmente quando a dimensão ambiental — na verdade socioambiental — é o foco privilegiado.” (LIMA, 2009, p.156).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estocolmo, possivelmente, foi um marco histórico na discussão sobre a temática ambiental, sendo a primeira vez em que se menciona a importância de ações relacionadas à educação ambiental em uma Conferência Mundial das Nações Unidas. Não se pode negar a relevância desta primeira grande reunião da ONU relacionada a crise ambiental. Todavia, através dos fatos históricos aqui mencionados referentes ao embate entre interesses distintos, entre os blocos dos países do hemisfério norte e países do hemisfério sul, pode-se inferir que o interesse na gestão dos recursos naturais e a negação inicial dos países em desenvolvimento (bloco sul), provavelmente vieram a influenciar os rumos da educação no Brasil e no mundo, o que propiciou a influência de órgãos internacionais em implementar ações educativas voltadas ao meio ambiente, enquanto o sistema educacional não adquiria novas ideias sobre esta temática, Lima (2009, p.150) “EA brasileira se constituiu principalmente a partir de iniciativas dos órgãos de meio ambiente em detrimento dos órgãos educacionais propriamente ditos [...].

Este fato é observável quando os autores como Sousa e Brandão (2016), demonstram às percepções concernentes a crise ambiental de alunos do nono ano do ensino fundamental, através de 10 imagens, e os resultados obtidos provavelmente possibilita-nos entender o tipo de educação ambiental ensinadas nas escolas. E traçando um

paralelo com o trabalho de Santos (2015), relacionado à concepção de professores de ciências do ensino fundamental sobre EA, pode-se dizer que a visão conservadora a respeito da temática ambiental e suas diferentes nuances são oriundas da formação docente, no qual, apontamos aqui neste trabalho que os conteúdos elencados como relevantes expressam um caráter conservacionista em detrimento dos aspectos sociais. Tanto professores quanto alunos apontaram temas, como: poluição, lixo, conservação dos recursos naturais como importantes, desconsiderando por vezes outros assuntos de cunho social.

Em face dos fatos e argumentos aqui citados é possível propor estratégias como a formação adequada e continuada dos educadores, com o objetivo de superar esta visão conservadora sobre meio ambiente; revisão da grade curricular dos cursos relacionadas às ciências naturais, revisão e mudança das bases curriculares nacionais. Outro ponto, é a ideologia política que está inserida no processo educativo, Freire (1996), já nos alertava a respeito da alienação das massas por meio do processo educativo, portanto, cabe salientar a responsabilidade dos educadores em procurar melhorar suas práticas, conhecer as diferentes teorias e tendências da educação, com a finalidade de não se deixar oprimir em frente aos desafios enfrentados diariamente no processo de ensino e aprendizagem. Os dados aqui apresentados é só o início do debate, e o intuito desta pesquisa é promover novas discussões sobre este tema, ademais sugere-se que mais estudos sejam feitos com a finalidade de contemplar outras esferas as quais não puderam ser analisadas, tendo em vista o limite de informação que podem ser inseridas neste artigo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. G. **Divulgação Científica: Percepções Sobre Meio Ambiente na Ciência hoje.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007. p.119.

BRANDÃO, A. G. **Ciências Políticas e Climáticas: Uma Abordagem Discursiva Sobre o Aquecimento da Terra.** Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA, Salvador, p. 48-55, 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.

FERNANDES. M. **Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável.** Recife, UFPE: 2000. 327f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.165.

GURSKI, B.; GONZAGA, R.; TENDOLINI, P. **Conferência de Estocolmo**: Um marco na questão ambiental. *Rev. Eletr. Administração de Empresas em Revista* v. 11, n. 12, 2012.

LEMOS, H. M. **O Homem e o Meio Ambiente**. In: Fórum Universidade e o Desenvolvimento Sustentável, *Anais*: 3-12. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.

LIMA, G. F. C. **Educação ambiental crítica**: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Quando o Objeto de Estudo é a Literatura: Estudos de Revisão. *Rev. bras. fisioter.* vol.10 no.4 São Carlos Oct./Dec. 2006.

MAYA, A. A. **Perspectivas Pedagógicas en la Educación Ambiental**. In Guhl, E., ed. *Médio Ambiente y Desarrollo*. Santa Fé de Bogotá, ediciones Uniandes-tercer Mundo Editores. 1992. p.169-183.

OLIVEIRA, L. D. **OS “Limites do Crescimento” 40 Anos Depois**: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”, *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 1, n. 1, 2012. p.72-96.

RAMOS, E. C. **Educação Ambiental**: Evolução Histórica, Implicações Teóricas e Sociais, Uma Avaliação Crítica. 1996. p.147.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental**: origem e perspectivas. *Educ. rev.* n.18, p.201-218. 2001.

RATTNER, H. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Editora: Perspectiva, 1979.

SANTOS, R. O. G. **Educação Ambiental**: A Concepção de Professores de Ciências do Ensino Fundamental de Araruna, 2015. p.40.

SOUSA, A. M.; ALESSANDRA G. B. **A Imagem Conservadora Da Crise**: Uma Análise Da Percepção de Alunos Sobre Meio Ambiente. 2016.